



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

PARECER JURÍDICO

Concorrência Pública nº 002/2023

Interessado: Comissão Permanente de Licitações

1 – OBJETO

Trata-se de parecer jurídico referente à impugnação ao edital apresentada pela empresa I O Barbosa RI Projetos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 46.226.655/0001-83, nos autos do Concorrência Pública nº 002/2023, cujo objeto é a *“contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no Município de Campo Bom – RS, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico – financeiro, em anexo.”*

Neste sentido, em síntese, alega a impugnante que há aglutinação do objeto do edital, considerada prática ilegal, haja vista que impede a competitividade das empresas no certame, em afronta as disposições da Lei 8.666/93, bem como do entendimento do Tribunal de Contas da União.

Deste modo, feito este breve resumo da controvérsia posta, passa-se a análise do mérito das alegações.

2 – DO MÉRITO

De início, sobre objeto da licitação, assim dispunha o edital:

“OBJETO DA LICITAÇÃO: contratação de empresa para prestação de serviços com fornecimento de equipe técnica especializada, maquinários, veículos, ferramentas e responsabilidade técnica para execução de serviços de manutenção, modernização, revisão, melhorias do sistema de iluminação



MUNICÍPIO DE CAMPO BOM

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL - BRASIL

pública, semafórica e redes elétricas e lógicas prediais, em caráter de serviços continuados, no Município de Campo Bom – RS,, conforme projetos, memoriais descritivos, especificações, planilhas orçamentárias e cronograma físico – financeiro, em anexo;”

Como se verifica, trata-se de concorrência pública que tem por objeto a contratação de empresa para prestação de serviços, diferentemente do alegado pela ora impugnante, que em suas razões, impugna o edital alegando que o certame se trata de ata de registro de preços de materiais elétricos, iluminação pública e hidráulico, ou seja, serviços de naturezas distintas.

Neste sentido, não há que se falar em aglutinação objeto, uma vez que, examinando atentamente a documentação relacionada à licitação em questão, verifica-se que o objeto licitatório é devidamente definido, claro e específico. Não há evidências de que a Administração tenha incluído elementos ou características que não estejam diretamente relacionados ao objeto em um único processo licitatório.

Dessa forma, não há elementos que evidenciem a aglutinação do objeto licitatório no caso em análise. Foram seguidos os trâmites legais e observados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a lisura do processo licitatório.

Portanto, em vista do exposto, opino pelo indeferimento da impugnação apresentada pela licitante I O Barbosa RI Projetos.

Campo Bom/RS, 17 de julho de 2023.

Pedro Santos de Azevedo

OAB/RS: 88.934